

ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURVELO E O ROTARY CLUB DE CURVELO.

TERMO DE FOMENTO Nº 028/2024

O MUNICÍPIO DE CURVELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 17.695.024/0001-05, estabelecido nesta cidade, à Avenida Dom Pedro II, nº 487, Centro, CEP 35.790-273, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Políticas Sociais e Desenvolvimento Sustentável, Senhor Vitor Augusto Assis Barcelos, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 117.XXX.XXX-03 e Cédula de Identidade nº MG-1X.XXX.XX4, com endereço profissional na Praça Tiradentes, 541, Centro, CEP: 35790-285, Curvelo/MG, conforme Decreto nº 4.418, de 08 de janeiro de 2021, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e do outro lado, o ROTARY CLUB DE CURVELO, inscrito no CNPJ sob o nº 20.210.068/0001-02, estabelecido nesta cidade, à Rua Silva Jardim, nº 245, Centro, CEP: 35.790-267, Curvelo/MG, neste ato representado por sua presidente, Elizabeth Pereira da Silva Campos, casada, Psicóloga, inscrita no CPF sob o nº 375.XXX.XXX-91, Carteira de Identidade nº M-1.XXX.XX8-SSP/MG, residente e domiciliada à Rua Rita Otaviano, nº 414, Centro, CEP: 35.790-300, Curvelo/MG, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 - O presente Termo de Fomento tem por objeto a transferência de recursos financeiros pela Administração Pública à Organização da Sociedade Civil, para realização de despesas com a aquisição de novos equipamentos e utensílios para a cozinha do Rotary Club de Curvelo, uma vez que, os existentes já estão obsoletos e não mais atendem as necessidades no preparo dos almoços beneficentes, nos lanches servidos às crianças/adolescentes dos projetos, na realização dos cursos profissionalizantes e na participação no forró beneficente de Curvelo, conforme Plano de Trabalho que faz parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO.

2.1 – A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL nomeia como gestora do presente Termo de Fomento, a servidora municipal Kívia Nayara Araújo Lima, Matrícula nº 77.728-0, portadora do RG 17.XXX.XX1 e CPF nº 105.XXX.XXX-02.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS.

- I SÃO OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
- a) transferir os recursos para a execução deste objeto;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- c) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
- d) promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;





FSTADO DE MINAS GERAIS

e) aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;

O notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Curvelo;

g) publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial dos Municípios Mineiros;

h) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

i) elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

j) manter, em seu sítio oficial na internet, as informações da parceria celebrada e o Plano de Trabalho,

até cento e oitenta dias, após o respectivo encerramento.

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento;

b) prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao

acompanhamento e controle da execução do objeto;

c) permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do controle interno, do Conselho Municipal correspondente e do Tribunal de Contas de Minas Gerais aos processos, aos documentos e às informações relacionadas este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

d) se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive

no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;

e) se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

f) manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da

prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;

g) identificar o número do Instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;

h) divulgar esta parceria em seu sítio na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme previsto no art. 11 da Lei Federal nº 13.019, de

2014, bem como atender a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

i) comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência.

j) não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública.

k) prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outra Organização da Sociedade Civil, congêneres ou não;

Bist

COND. OB



ESTADO DE MINAS GERAIS

- l) observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
- m) comprovar todas as despesas por meio de nota fiscal eletrônica ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
- n) aplicar os recursos repassados pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira, de acordo com as especificações das despesas previstas no Plano de Trabalho;
- o) comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
- p) não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto;
- q) ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 31 de janeiro do exercício seguinte, salvo se forem utilizados;
- r) promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamento conforme o Plano de Trabalho;
- s) comprovar mensalmente e de forma integral no final do Termo de Fomento, através de relatório de atendimento, todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
- t) manter-se adimplente com o Poder Público naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- u) comunicar a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL a substituição dos responsáveis pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, assim como alterações em seu Estatuto;
- v) apresentar até 10 (dez) dias após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, relatório sobre a execução da parceria, apresentado comparativo específico das metas propestas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados.

CLÁUSULA QUARTA – REGIME JURÍDICO DO PESSOAL.

4.1 – A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessonlidade e da publicidade.
4.2 – Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e o pessoal que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.

- 5.1 Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento, no presente exercício, o ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL transferirá à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, de acordo com o cronograma de desembolso, o valor total de R\$40.000,00 (quarento mil regic), em parcela única.
- 5.2 As partes reconhecem que, caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.







ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS.

6.1 - Os recursos financeiros, segundo o cronograma de desembolso, serão depositados na conta específica da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, vinculada ao objeto, no Banco Caixa Econômica Federal, na Agência nº 0111, Operação nº 003, na Conta nº 00003479-5, e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

6.2 - Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não

empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

a) em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for izual ou superior a um mês, e

em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título

da dívida pública, quando sua aplicação estiver prevista para prazos menores.

6,3 - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos

fornecedores e prestadores de serviços.

- 6.4 Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 6.2 poderão ser utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.
- 6.5 A CRGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.
- 6.6 A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a participar de novos parceiros, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA, SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS.

- 7.1 À CRGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:
- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- d) descumprimento dos termos previstos neste instrumento.

Parágrafo único. Compromete-se, ainda a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a recolher à conta da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

8.1 - Prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo de execução deste Instrumento, ou seja, ou seja, até o dia 31 de janeiro de 2025, segundo a Lei Federal nº 13.019, de 2014, e de acordo com os critérios e indicações exigidos pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira.



ESTADO DE MINAS GERAIS

- 8.2 A prestação de contas deverá ocorrer por meio de plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado, conforme Decreto Municipal nº 2.966, de 05 de janeiro de 2017, dando ampla publicidade e transparência dos recursos públicos.
- 8.3 Comprovado a impossibilidade de prestação de contas através de plataforma eletrônica, ou ainda, quando atendidas as condições previstas no art. 87 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, as partes, de comum acordo, efetivarão a prestação de contas de modo físico, sem deixar de dar ampla publicidade e transparência dos recursos públicos.
- 8.4 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas integral, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se compromete em manter em arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO.

- 9.1 O prazo de execução deste Instrumento será a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2024.
- 9.2 O prazo de vigência deste Instrumento será a partir da data de sua assinatura até 31 de janeiro de 2025.
- 9.3 Os prazos dispostos nesta Cláusula poderão ser prorrogados nos termos do art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PROIBIÇÕES.

- 10.1 Fica ainda proibido à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras Organizações da Sociedade Civis, congêneres ou não;
- b) deixar de aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% (oitenta por cento) de sua receita total;
- c) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;
- d) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Fomento;
- e) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- f) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Fomento;
- g) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- h) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- i) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- j) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho, quando exigido;
- k) realizar despesas com:
- multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;
- publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
- 1) adquirir bens permanentes com os recursos municipais;
- m) pagamento de despesas bancárias.

A P





ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES.

- 11.1 A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL poderá aplicar as seguintes penalidades na ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL pelo não cumprimento do presente instrumento:
- a) advertência;
- b) suspensão dos repasses;
- c) multe;
- d) declaração de inidoneidade e proibição de recebimento de recursos públicos.
- § 1º Todas as penalidades mencionadas deverão estar devidamente fundamentadas e concedidas direito de ampla defesa e contraditório, bem como comunicadas ao Tribunal de Contas do Estado de vertias Gerais.
- § 2º A aplicação de muita será de 0,5% (cinco por cento) a 1% (um por cento) do valor total deste Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA.

- 12.1 O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer tempo, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência, desde que cumprido o prazo mínimo de 90 (noventa) dias para publicidade dessa intenção.
- 12.2 Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Fomento o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO.

13.1 — Este Termo de Fomento poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO, inclusive com reajuste dos valores repassados, se devidamente justificado e observada a conveniência do interesse público.

Parágrafo único. Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e aprovação do Gestor deste Instrumento ou Controle Interno, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO.

14.1 – O extrato do presente Termo de Fomento será publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DESPESAS.

15.1 – As despesas decorrentes do presente instrumento são estimadas em R\$40.000,00 (quarenta mil reais), e correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

I = 02.05.03.08.122.0408.2252.3.3.50.41.00-1238-2.500.000.0000, no valor de R\$13.043,21 (treze mil quarenta e três reais e vinte e um centavos); e

II = 02.05.03.08.122.0408.2252.4.4.50.41.00-247-2.500.000.0000, no valor de R\$26.956,79 (vinte e seis mil novecentos e cinquenta e seis reais e setenta e nove centavos).







ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

16.1 – O presente instrumento tem fundamento no Processo Administrativo de Inexigibilidade nº 028/2024, na Lei Federal nº 13.019, de 2014, no Decreto Municipal nº 2.966, de 05 de janeiro de 2017, e na Lei Municipal nº 3.713, de 22 de dezembro de 2023, sujeitando-se, no que couber, às normas contidas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO.

17.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Curvelo para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

18.1 – E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Curvelo, 20 de maio de 2024.

MUNICÍPIO DE CURVELO

Vitor Augusto Assis Barcelos Secretário Municipal de Administração, Políticas Sociais

e Desenvolvimento Sustentável

ROTARY CLUB LE CURVELO Elizabeth Pereira da Silva Campos

Presidente ·

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Junte de Matos

Charles Antônio Rocho
Charles do Setordes Constatos e Convenios
Charles do Setordes Constatos de Convenios



.



1. INFORMAÇÕES GERAIS

ROTARY CLUB DE CURVELO

Rua Silva Jardim, 245 – Centro 35790-267 – CURVELO/MG Móvel: (38)99333310 CNPJ: 20.210.068/0001-02 Fundado em 17/10/1984

UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – LEI 1.785 DE 30/03/1994 "DAR DE SI ANTES DE PENSAR EM SI"

PLANO DE TRABALHO

Razão Social / E Rotary Club de C		and the second s	CNPJ: 20.210.068/0001-02		
Endereço / sede Rua Silva Jardim		entro			
Cidade:	UF:	CEP:	Telefone:		
Curvelo	MG	35790-267	(38) 99933-3310		
E-mail: rotaryclubdecurv	elo@hotma	il.com			
Banco: 104	Conta Corrente: 00003479-5		Agência: 0111		
2. DIRETOR	ĪA				
Nome do Presid	ente:	us Production and Charles Management (1985)			
Elizabeth Pereira	a da Silva C	ampos			
Carteira de	Estado ci	vil:	Telefone:		
Identidade:	Casada		(38) 99949-4081		
M-1.111.998 CPF:	Profissão	•	Data de vencimento do mandato:		
375.268.716-91	Psicóloga		30/06/2024		
E-mail: bethcam	pos058@gr	nail.com			
Há quantos anos 20 anos			Quantas horas por semana trabalha na organização? 20 horas		
Responsável reco Não	ebe remun	eração mensal? Se	e sim, qual valor?		
Responsável pos Sim	sui empreg	o ou outra fonte d	and of the state o		
n de a la mara se la manda de la compaña de la capacida (no constituir de la compaña de la compaña de la compaña	 I Selded Wife and a Charles 	E FUNCIONA	MENTO Secretary Sunter		
Qual o objeto da	parceria?	A TANAN A TANA	1 San Wall Control of		
existentes já estã	o obsoletos	e não mais atend	em nossas necessidades no preparo dos nossos almoços as/adolescentes dos nossos projetos, na realização dos		



Rua Silva Jardim, 245 - Centro 35790-267 - CURVELO/MG Móvel: (38)99333310 CNPJ: 20.210.068/0001-02

Fundado em 17/10/1984 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - LEI 1.785 DE 30/03/1994

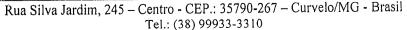
"DAR DE SI ANTES DE PENSAR EM SI"

cursos profissionalizantes e na participação no forró beneficente de Curvelo.

Os equipamentos/utensílios facilitarão sobremaneira a utilização eficiente da cozinha e cocção dos alimentos, quanto na limpeza/higienização das mesmas otimizando seu funcionamento e contribuindo para uma melhor arrecadação de recursos financeiros destinados aos projetos sociais.

Qual a missão da organização? (Missão é o propósito que justifica a existência da organização. É a sua razão de ser)

criar, deservolver e exe	cutar projetos sociais que garanta	e relevância pública e social, principalmente m os direitos humanos das crianças, dos prias em situação de vulnerabilidade pessoal
Qual a área de atuação	da organização? Marque com um	X
()Desenvolvimento	(x)Idoso	(x) Educação
rural	(x) Meio Ambiente	(x) Saúde
(x)Trabalho e renda	(x) Fortalecimento comunitário	(x) Outras
(x)Criança e		
adolescente		
Qual o público-alvo da o	organização?	
- Mulheres em situação d	, de 07 a 17 anos, em situação de vu e vulnerabilidade social e financeira	•
	rojetos/ações da organização)	ganização? (por beneficiários entenda-se
Qual a área territorial o	le atuação da organização? (Espec	ificar bairros, se for o caso)
- Diversos kairros da cida	de (especificamente, bairro Ponte N	lova)
Número de funcionários - 1 (um)	s da organização: (pessoal com car	eira assinada)
II .	recorrentes da organização: Vitor Augusto Ansia Barcalo	wene Moura Pacheco Silva
- 49 (quarenta e nove) vo	Secretário Municipal de Adminh luntários. Políticas Sociale e	e Desenvolvimento Sustentável
4. DO BALANCET	TE FINANCEIRO (use como i	referência o ano anterior)
RECEIT	AS	VALOR
Doações de Pessoa Física	a l	
Doações de Pessoa Juríd	ica R\$24.00	0,00 (Unimed Gerais de Minas)
Rua	Silva Jardim, 245 – Centro - CEP.: 35790-2	267 – Curvelo/MG - Brasil







ROTARY CLUB DE CU

Rua Silva Jardim, 245 - Centro 35790-267 - CURVELO/MG Móvel: (38)99333310 CNPJ: 20.210.068/0001-02

Fundado em 17/10/1984

UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - LEI 1.785 DE 30/03/1994

"DAR DE SI ANTES DE PENSAR EM SI"

Repasses Municipais	R\$30.00,00 (Forró)	
Repasses Estaduais	-	
Repasses Federais	-	
Outras Receitas	R\$51.480,00	
DESPESAS	VALOR	
Despesas com pessoal e encargos sociais.	R\$23.634,62	
Despesas fixas	R\$52.747,82	
Despesas com serviços de terceiros	R\$13.478,00	
Investimentos	R\$13.700,80	

5. INFORMAÇÕES DA PROPOSTA

Qual problema social a organização se dedica a enfrentar?

- Combater a desigualdade social e econômica das crianças/adolescentes, através da promoção da educação e cultura de maneira ampla;

- Capacitar mulheres agregando qualificações e habilidades para potencializar seu crescimento. profissional e melhoria da renda familiar.

Como o trabalho da organização contribui para a melhoria/solução deste problema?

- Através da melhoria da autoestima, cidadania, fortalecendo o processo de inclusão na sociedade e preparando os adolescentes para o primeiro emprego. Há dois anos contamos com parceria de excelente qualidade do SENAC-Curvelo, ministrando o curso "Despertar Profissional" (Oficinas de liderança, oratória, marketing digital, educação financeira, administração) gratuitamente, na sede do Rotary Club de Curvelo:

- Através do acolhimento de crianças, de 07 à 10 anos, em contraturno escolar oriundas do bairro Ponte Nova e em situação de vulnerabilidade social;

- Através de realização de cursos profissionalizantes de manipulação, preparo, cocção e conservação de alimentos voltados para o público feminino, visando o aprimoramento, crescimento pessoal, profissional e financeiro.

Quais resultados a organização já alcançou? (detalhar mudanças sociais de radocras e ações pontuais já Quais resultados a organização ao longo de sila tratela francia os promovidas pela organização ao longo de sila tratela francia de Administração,

obsecretário de Políticas Sociais e Desenvolvimento Sustentável

VISTO

Politicas Sociale o - O projeto "Adolescente Aprendiz", Missiadovima 2014 una bairro Ponte Nova e, atualmente funcionando na sede do Rotary Club de Curvelo, na Rua Silva Jardim, no Centro, permitindo o ingresso de adolescentes de toda a cidade, oriundos de escolas públicas, já capacitou mais de 300 (trezentos adolescentes), desenvolvendo capacidades cognitivas sociais e profissionais.

Houve uma acentuada melhoria no comportamento social e familiar dos adolescentes conforme relato das famílias envolvidas, tendo inclusive, muitas inserções no mercado de trabalho da cidade.

- O projeto "Amigo da Criança" que funciona na Rua Datas, nº 23, no bairro Ponte Nova, desde o ano de 2003, atende anualmente cerca de 50 (cinquenta) crianças, na faixa etária de 07 a 10 anos, em contraturno



Rua Silva Jardim, 245 – Centro 35790-267 – CURVELO/MG Móvel: (38)99333310 CNPJ: 20.210.068/0001-02

Fundado em 17/10/1984

UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – LEI 1.785 DE 30/03/1994

"DAR DE SI ANTES DE PENSAR EM SI"

escolar. Oferece aulas de reforço escolar, informática, práticas desportivas, oficinas de jiu-jitsu, capoeira e dança. Desde a sua criação já foram atendidas cerca de 800 (oitocentas) crianças permitindo que seus pais ou responsáveis possam trabalhar em tranquilidade de que seus filhos se encontram num ambiente seguro e acolhedor;

- O curso "Secretária do Lar", ministrado em parceria com a Casa da Amizade "Coração de Minas", já capacitou cerca de 30 (trinta) mulheres, contribuindo para uma incrementação na renda familiar, abrangendo cerca de 120 pessoas;

O curso de confeitaria, também em parceria com a Casa da Amizade capacitou cerca de 20 (vinte) mulheres residentes do bairro Ponte Nova;

O curso profissional de lanchonete em parceria com o SENAC-MINAS, encontra-se em processo de planejamento com a sua implantação prevista para Julho/2024;

Todos os cursos são ministrados na Sede do Rotary Club de Curvelo e de forma gratuita para o público feminino.

Período de Execução:

Data de início: A partir da data de assinatura do Termo de Fomento

Data do fim: 31/12/2024

		CRONOGRAMA	DE PAGAMENTO	
1º Parcela	2º Parcela	3º Parcela	4º Parcela	5ª Parcela
R\$ 40.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$
6º Parcela	7º Parcela	8º Parcela	9º Parcela	10ª Parcela
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$ GER

6 - CRONOGRAMA DE APLICA	ŊĢÃO DO RECUŔŚŎŰ	Vinc Pol. 500 6./	
NATUREZA DA DESPESA	CUSTEIO/INVESTIMENTO	Sustantava	a VALOR
Freezer horizontal Cap 500 l - 127 V	Investimento	R\$3.229,05	
Fritadeira indústrial 6 litros - 127 V	Investimento	R\$773,00	
Microondas 42 I - 127 V	Investimento	R\$ 749,55	
Liquidificador Indústrial Alta Rotação 4 L	Investimento	R\$359,97	Mor Augusto Assis Established Mor Augusto Assis Established scratter Dunicipal de Admirilation scratter Dunicipal Socials 6
Extrator Suco 500 ou 600 W	Investimento	R\$200,54 S	scretario Municipal de Admesses Políticas Socials a
Air Fryer grande capacidade (8 ou 9 litros)	Investimento	R\$689,00	Politicas Sociale Politicas Sociale National Posenvolvimento Sustentávol
avadoura de roupas 15 kg - 110 V	Investimento	R\$2.161,06	

Rua Silva Jardim, 245 – Centro - CEP.: 35790-267 – Curvelo/MG - Brasil Tel.: (38) 99933-3310





Rua Silva Jardim, 245 – Centro 35790-267 – CURVELO/MG Móvel: (38)99333310 CNPJ: 20.210.068/0001-02

Fundado em 17/10/1984

UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – LEI 1.785 DE 30/03/1994

"DAR DE SI ANTES DE PENSAR EM SI"

I the state of the same	1	"DAK DE SI ANTES DE PENSAR EM SI"
Liquidificador 900 watts -110 V	Investimento	R\$218,32
Fogão indústrial 8 bocas 40x40 cm - c/2 fornos	Investimento	R\$5.569,86
Geladeira Indústrial 4 portas 700 L	Investimento	R\$5.220,00
Rechaut Inox 1 cuba - 9 L	Investimento	R\$1.124,50
Refresqueira 2 cubas 30 L	Investimento	R\$2.449,00 ©
Lavadoura porofissional alta pressão 127 V	i	R\$2.259,90
Panela de Pressão Industrial – 20 litros	Investimento	R\$800,82
Exaustor Axial Industrial 30 cm 220 Volts Premium – 440 - VENTISOL	Investimento	R\$515,80
Balança Digital Comercial Balmak com Bateria One Elco-6/15/30B	Investimento	R\$636,42 <
Valor Total de Investimento	Investimento	R\$26.956,79
Batedeira eletrica 850 W - 110 V	Custeio	R\$499,90
Frigideira reforçada alumínio nº 38	Custeio	R\$259,96
Bandeja retangular inox 42 cm	Custeio	R\$752,88
aca eletrica 110 V	Custeio	R\$201,32
Panelas de pressão grandes (Unidade)	Custeio	R\$ 251,96
Pratos rasos brancos (Dúzia)	Custeio	R\$ 1.437,60
ratos de sobremesa brancos (Dúzia)	Custeio	R\$ 1.176,00
arfos para refeição (Dúzia)	Custeio	R\$ 500 90
arfos para sobremesa (Dúzia)	Custeio	R\$ 499,80
olheres para sobremesa (Dúzia)	Custeio	2 0/
olheres para refeição (Dúzia)	Custeio	
olheres de sopa (Dúzia)	Custeio	R\$ 599,80
ica de mesa (Dúzia)	Custeio	R\$ 599,80 R\$ 599,80 R\$ 599,80 R\$ 599,80 R\$ 539,28 R\$ 98,94 R\$ 101,88
go de xícara para café brancas (Unidade)	Custeio	R\$ 539,28
olheres de café (Dúzia)	Custeio	R\$ 98,94 SUPPER OF THE PROPERTY OF THE PROPERT
cas para cozinha diversos tamanhos (Unidade)	Custeio	R\$ 101,88
ça para água de vidro (Dúzia)	Custeio	R\$ 837,60
rrafa térmica grande (Unidade)	Custeio	PC 120 00 Vitor Augusto Assis Estentise
rrafa térmica média (Unidade)	Custeio	RS 80 08 Politicus Sociale s
ras para suco (Unidade)	Custeio	R\$ 149,88
sadeiras de alumínio (Unidade)	Custeio	R\$ 180,00

Rua Silva Jardim, 245 – Centro - CEP.: 35790-267 – Curvelo/MG - Brasil Tel.: (38) 99933-3310

Ø



35790-267 - CURVELO/MG Móvel: (38)99333310 CNPJ: 20.210.068/0001-02

Fundado em 17/10/1984 UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - LEI 1.785 DE 30/03/1994

"DAR DE SI ANTES DE PENSAR EM SI"

TOTAL GERAL:	TOTAL GERAL: R\$40.017,01	
Valor Total de Custeio	Custeio	R\$13.060,22
Pegadores de salada inox ou silicone (Unidade)	Custeio	R\$ 29,94
Pegadores de macarrão inox (Unidade)	Custeio	R\$ 29,94
Escumadeiras grandes de inox (Unidade)	Custeio	R\$ 25,96
Conchas para servir feijão/sopa (Unidade)	Custeio	R\$ 59,94
Colheres de inox para servir refeições (Unidade)	Custeio	R\$ 139,86
Tábuas para cozinha (Unidade)	Custeio	R\$ 89,90
Panelas médias de alumínio (Unidade)	Custeio	R\$ 1.139,40
Panelas grandes de alumínio (Unidade)	Custeio	R\$ 1.439,40

7 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

Será feito através de visitas programadas e agendada com a entidade pela comissão específica, designada pelo Município.

8 – DECLARAÇÃO:

Na qualidade de representante legal da organização da sociedade civil, declaro para fins de prova junto ao Município de Curvelo, para efeitos e sob penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o tesouro ou qualquer órgão da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos desse poder. hene Moure Peches A

Curvelo, 25 de al ri

Subsectedita de Politicas Sociais

Fazenda, juntamente com a documentação necessária para elaboração do Termo de Fomento, nos termos da Lei Federal nº. 13.019 de 31 de julho de 2014 e posterior liberação dos recursos, de acordo com a programação estabelecida.

Curvelo, 25 de abril

de 2024.